



**SUPERIOR**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DO 1º ANO DE GESTÃO

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

2018 - 2019

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL  
BRASÍLIA | AGOSTO DE 2019



*“O STJ chega aos seus 30 anos em um momento no qual o mundo derruba barreiras tecnológicas e caminha definitivamente para a virtualização da vida, ao mesmo tempo em que a humanidade exige respeito às diferenças, atenção às questões ambientais e justiça social. Para um novo tempo, um novo Tribunal: trabalhamos por um STJ que julgue cada vez melhor e em menos tempo, que ofereça oportunidades iguais para homens e mulheres, e que cumpra seu papel na gestão sustentável do planeta.”*

**Ministro João Otávio de Noronha**

*Presidente do STJ*





## **PRESIDENTE**

Ministro João Otávio de Noronha

## **VICE-PRESIDENTE**

Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura

## **MINISTROS**

Felix Fischer

Francisco Cândido de Melo Falcão Neto

Fátima Nancy Andrighi

Laurita Hilário Vaz

Humberto Eustáquio Soares Martins

Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin

Napoleão Nunes Maia Filho

Jorge Mussi

Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes

Luis Felipe Salomão

Mauro Luiz Campbell Marques

Benedito Gonçalves

Raul Araújo Filho

Paulo de Tarso Vieira Sanseverino

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Antonio Carlos Ferreira

Ricardo Villas Bôas Cueva

Sebastião Alves dos Reis Júnior

Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Marco Aurélio Bellizze Oliveira

Assusete Dumont Reis Magalhães

Sérgio Luíz Kukina

Paulo Dias de Moura Ribeiro

Regina Helena Costa

Rogério Schietti Machado Cruz

Nefi Cordeiro

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Reynaldo Soares da Fonseca

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

Antonio Saldanha Palheiro

Joel Ilan Paciornik

# Apresentação

A missão de uma instituição é sua razão de ser. A do Superior Tribunal de Justiça tem em seu cerne os serviços à sociedade. O que buscamos é uma prestação jurisdicional efetiva – ministros e servidores unem esforços para que os processos sejam decididos com qualidade e em prazo razoável.

Vivemos um tempo em que a sociedade tem cada vez mais pressa por Justiça, pressa para obter respostas do poder público. Cabe às instituições encontrar caminhos, com **criatividade, eficiência e economia**, para que as respostas aconteçam. No STJ, os resultados positivos são visíveis.

As inovações tecnológicas mudaram completamente diversos setores, e o mesmo pode ser dito sobre o Direito em tempos de mundo virtual. Há mais de uma década, o STJ desenvolveu sistema pioneiro no mundo para a tramitação do processo completamente por meio eletrônico. Temos **99,6% de nosso acervo digital** – sendo que 97% dos processos já chegam eletronicamente ao STJ.

A inteligência artificial é o caminho a ser seguido para darmos mais respostas em menos tempo. Foi no que apostamos durante o primeiro ano de nossa gestão (2018-2020). Impulsionamos os julgamentos virtuais – **132 sessões** foram realizadas dessa maneira, utilizando o **Sistema e-Julg**, numa forma de agilizar a prestação jurisdicional.

Desenvolvemos o **Projeto Sócrates** e o **Sistema Athos**, soluções de inteligência para fornecer informações relevantes aos ministros relatores e

acelerar a identificação de demandas repetitivas, contribuindo para a política de incentivo a esse mecanismo do CPC.

No que diz respeito aos julgamentos de recursos repetitivos, o STJ não para de avançar. Nesse primeiro ano de gestão foram afetados **35 novos temas** – o que, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), terá impacto sobre **150 mil processos** sobrestados. No período, também foram julgados **28 temas**, cujas teses definidas podem ser aplicadas em mais de **81 mil processos** em todo o país.

Desde que assumimos o comando do Tribunal, promovemos reformas na estrutura administrativa da Casa, no sentido de racionalizar as rotinas de trabalho e o aproveitamento dos recursos humanos. Este, que é nosso bem mais precioso – nossa mão de obra –, recebeu atenção especial com a criação da **Escola Corporativa**, cujo objetivo é o treinamento de excelência dos servidores do STJ. Dezenas de cursos foram promovidos, também, por meio de convênios com outras instituições.

As iniciativas que privilegiaram a área-fim do Tribunal refletiram positivamente nos números. Recebemos 344.405 processos, julgamos 359.568 e foram baixados mais de 363.824 processos.

Nesse período à frente da corte, o STJ assumiu protagonismo internacional. Tratamos na ONU das contribuições das organizações brasileiras para o alcance das metas da Agenda 2030, criada com as finalidades de erradicar

# Apresentação

a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade, a partir de um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

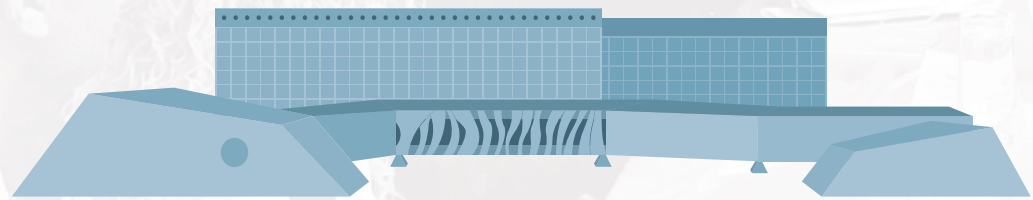
Mas, já não basta fazer. É preciso dar visibilidade a isso. Divulgamos os julgamentos e as atividades do STJ com transparência por meio do Portal, da Rádio e da TV Justiça – foram 2.773 matérias veiculadas nesse primeiro ano de gestão, uma verdadeira agência de notícias. A imprensa de todo o país recebe especial atenção de nossa equipe de servidores, que respondeu a mais de 2.295 demandas – inclusive por meio de aplicativo de mensagens que coloca os jornalistas em contato direto com a equipe do STJ.

A comunicação social reinventou-se e o STJ acompanhou as mudanças. Somos referência nas três principais mídias sociais do mundo: Facebook, Twitter e Instagram. Enquanto na primeira rede somos a segunda página do Poder Judiciário brasileiro mais acessada, na segunda estamos entre as primeiras posições em termos de acesso e interação. O Instagram do Tribunal, criado em 2016, já é a segunda página do Poder em número de seguidores. Nessas redes, foram 1.676 postagens no último ano.

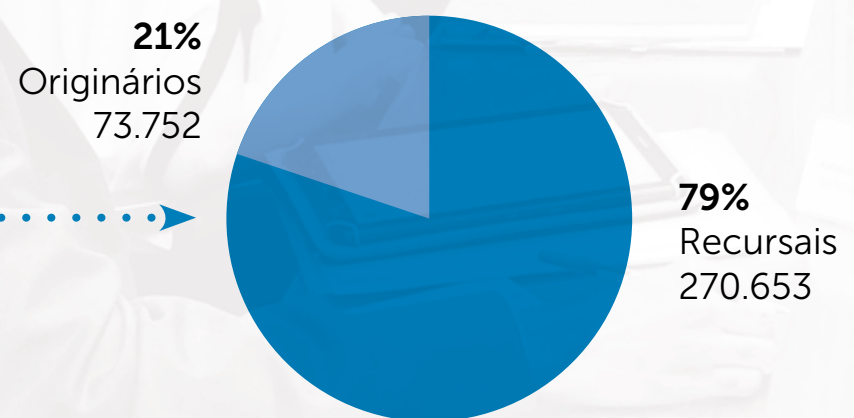
Desafios não nos faltam. Vamos, a cada dia, incentivar e encontrar meios para o maior uso de tecnologias inovadoras no Tribunal, trazendo resultados visíveis e ganho de tempo, para que a sociedade seja favorecida com uma Justiça cada vez mais ágil.

# O STJ em números

ATIVIDADES JURISDICIONAIS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PERÍODO: DE 1º/9/2018 A 1º/8/2019

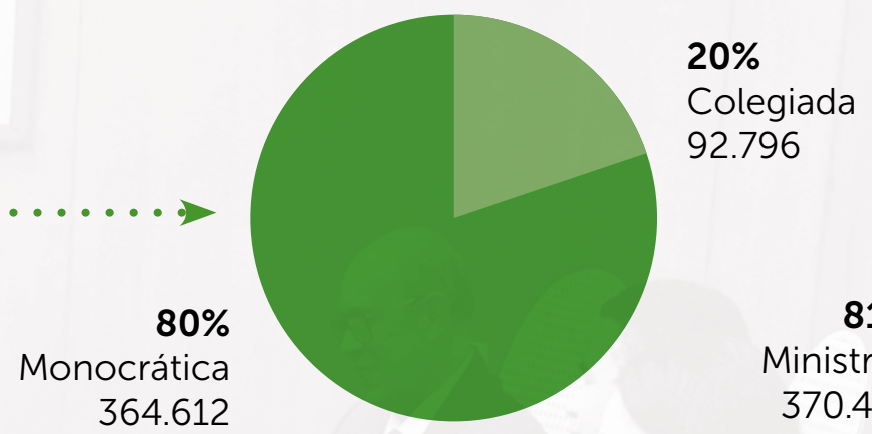


## Processos Recebidos

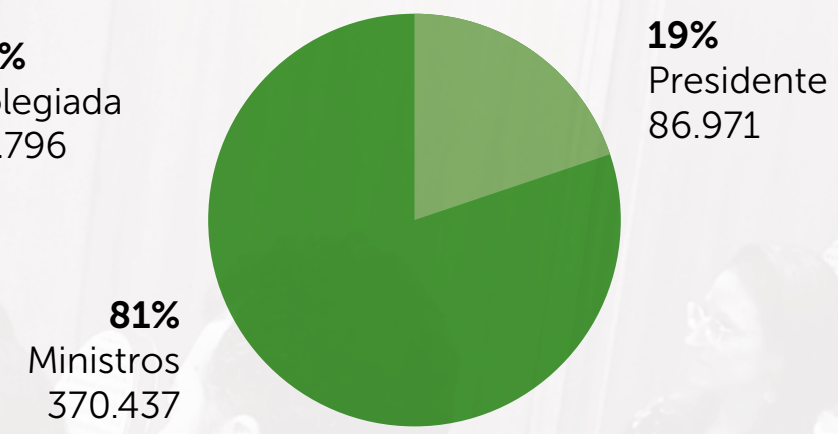


Classes	AREsp	REsp	HC	RHC	CC	Outras Classes	Total
Quantidade	190.256	63.452	57.086	13.556	6.782	13.273	<b>344.405</b>
Percentual	55,2%	18,4%	16,6%	3,9%	2,0%	3,9%	<b>100,0%</b>

## Processos Julgados – Tipo de Decisão

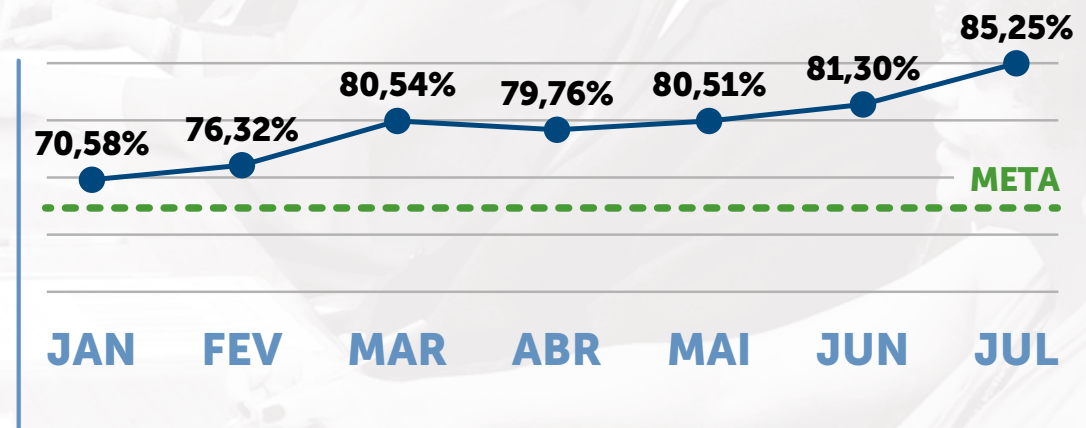


## Processos Julgados – Presidente e Ministros

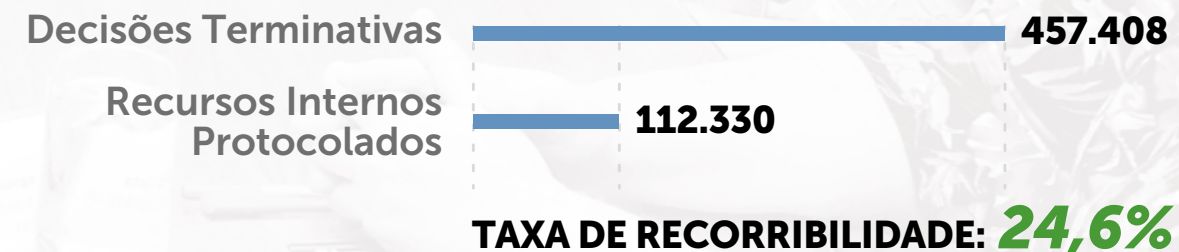


**Nota:** Nos processos julgados estão inclusos os recursos internos (AgInt, AgRg e Edcl)

## Agilidade no julgamento



## Taxa de Recorribilidade



# O STJ em números

ACERVO DO TRIBUNAL (Dados de 15/8/2019)

**308.018**

**processos em tramitação no STJ**

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS À PRESIDÊNCIA (De 1º/9/2018 a 1º/8/2019)

**162.449**

**processos registrados à Presidência do STJ**

**180.007**

**processos distribuídos aos demais ministros**

DECISÕES PROFERIDAS (MONOCRÁTICAS E COLEGIADAS) – absoluta e %

**364.612 (80% do total)**

**decisões monocráticas**

**92.796 (20% do total)**

**decisões colegiadas**

Obs.: Nos processos julgados, estão computados 55.715 AgInt, 13.228 AgRg e 28.897 EDcl, totalizando 97.840 recursos no período.

DECISÕES – O Tribunal proferiu, no período de 1º/9/2018 a 1º/8/2019

**457.408**

**decisões, entre monocráticas e colegiadas terminativas (de mérito)**

**53.472**

**decisões liminares**

**10.984**

**decisões interlocutórias**

Obs.: No mesmo período, a média de decisões por mês foi de 38.117 decisões terminativas.

PROCESSOS ANALISADOS PELO PRESIDENTE DO STJ – Entre julgamentos de mérito e decisões interlocutórias, foram analisados:

**84.661**

**processos principais julgados**

**4.072**

**recursos internos**

**9.412**

**liminares**

**1.734**

**decisões interlocutórias proferidas no período de 1º/9/2018 a 1º/8/2019**

# O STJ em números

**344.445**  
processos baixados

**87.669**  
acórdãos publicados

## PROCESSOS RECEBIDOS

**73.752 (21% do total)**  
Processos Recebidos Originários

**270.653 (79% do total)**  
Processos Recebidos Recursais

## RECURSOS (INTERNOS) INTERPOSTOS, NO PERÍODO DE 1º/9/2018 A 1º/8/2019:

**121.297**  
Recursos Totais

**112.330**  
Recursos Internos

**8.967**  
Recursos Externos

## QUANTITATIVOS DE SESSÕES DE JULGAMENTOS – DE 29/8/2018 A 1º/8/2019

OJ	Sessão Ordinária	Sessão de Continuação Ordinária	Subtotal	Sessão Virtual	Total
CE	19	4	23	10	33
S1	17	16	33	23	56
S2	17	-	17	20	37
S3	17	-	17	1	18
T1	46	9	55	21	76
T2	47	2	49	-	49
T3	45	-	45	29	74
T4	47	1	48	28	76
T5	47	-	47	-	47
T6	46	-	46	-	46
<b>TOTAL</b>	<b>347</b>	<b>32</b>	<b>380</b>	<b>132</b>	<b>512</b>

Fonte: Sistema Justiça (STJ)

**380**  
Sessões dos Órgãos Julgadores

**132**  
Sessões Virtuais dos Órgãos Julgadores

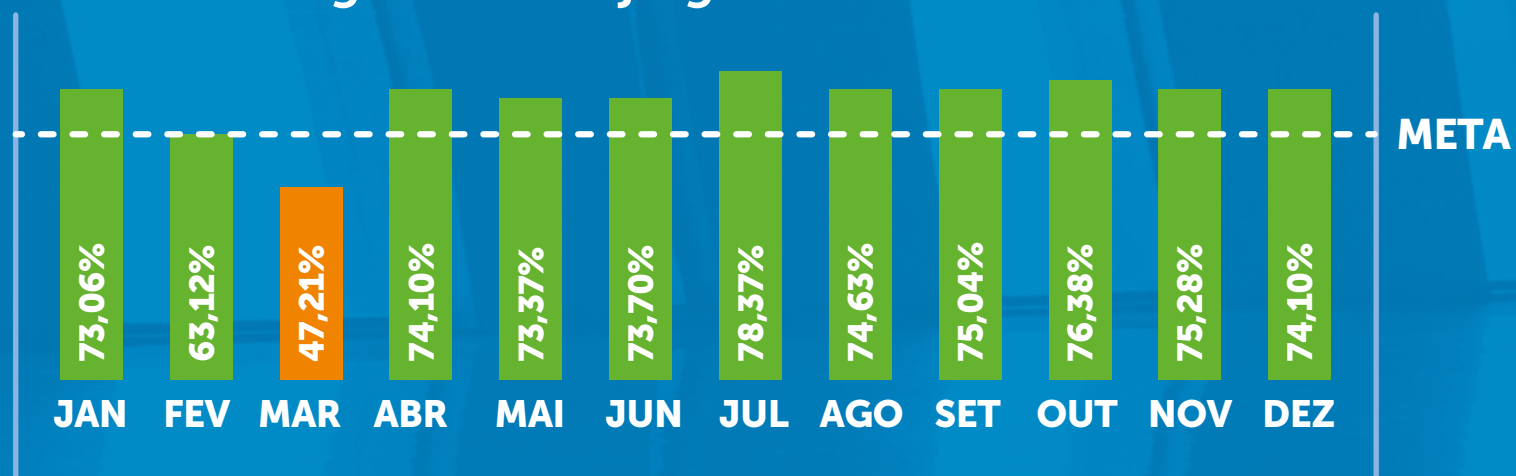


# O STJ em números

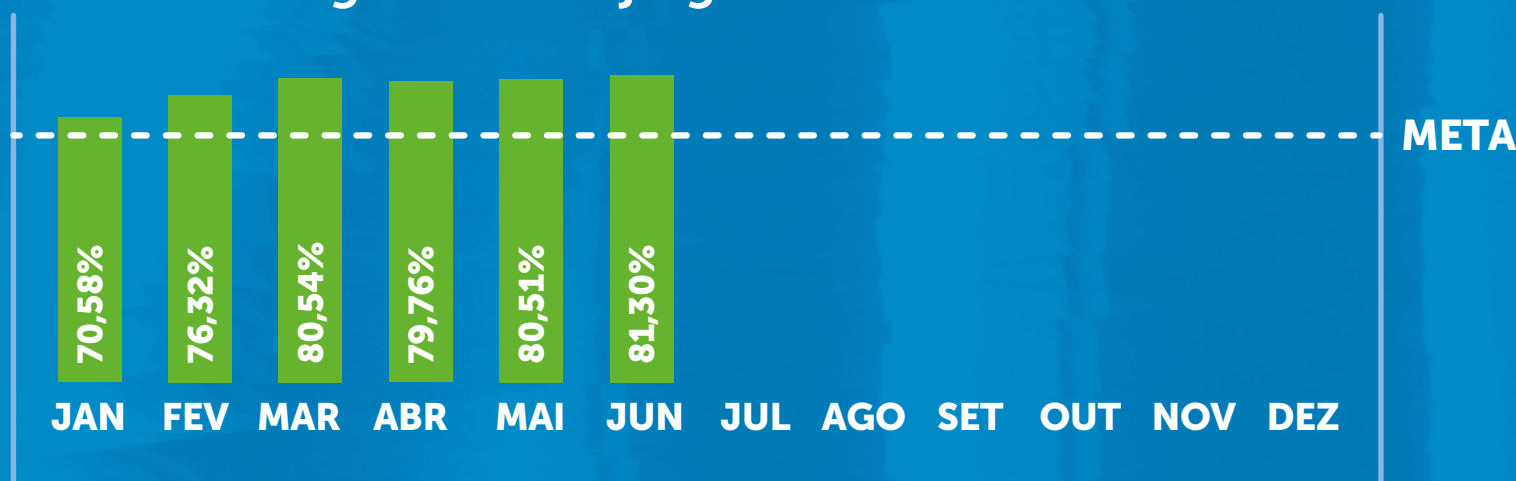
## AGILIDADE NO JULGAMENTO

**80% (aproximadamente)**  
dos processos baixados em 2019 tiveram tramitação inferior a um ano no STJ

### Agilidade no julgamento – 2018



### Agilidade no julgamento – 2019



## TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS

**288.468**  
Total geral de processos

**287.237 (99,57% do total)**  
processos tramitam eletronicamente

**1.231 (0,43% do total)**  
processos tramitam fisicamente

PROCESSOS JULGADOS EM SESSÕES COLEGIADAS – Período: de 29/8/2018 a 1º/8/2019

**92.796**  
Total de processos julgados

**69.065**  
em sessões ordinárias

**23.731**  
em sessões virtuais

- 1** Sessão solene dos 30 anos do STJ (3 de abril)
- 3** Sessões do Pleno
- 2** Sessões do Conselho de Administração
- 7** Reuniões das Comissões Permanentes
- 19** Súmulas Aprovadas
- 5** Emendas Regimentais Aprovadas
- 5** Editais de Descarte de Documentos

# O STJ em números

**35**

**Temas Repetitivos Afetados entre 29/8/2018 e 2/8/2019**

**150.040 processos**

**Impacto sobre os processos sobrestados, segundo dados do CNJ**

**28**

**Temas Repetitivos Julgados entre 29/8/2018 e 2/8/2019**

**81.083 processos**

**Impacto sobre os processos sobrestados, segundo dados do CNJ**

## ATENDIMENTOS PELA OUVIDORIA

**6.164**

**atendimentos, sendo...**

**6.093**

**Manifestações gerais (sugestões, dúvidas, reclamações, elogios)**

**71**

**Pedidos de informação fundamentados na Lei de Acesso à Informação (LAI)**

## PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO STJ

A Ouvidoria, responsável pela Pesquisa de Satisfação do STJ, recebeu, no primeiro ano da gestão do Ministro João Otávio de Noronha, 86.096 respostas.

A participação dos cidadãos resultou em diversas melhorias nos serviços prestados pela Corte, como a disponibilização de edições dos produtos Jurisprudência em Teses, Repetitivos e IACs Organizados por Assunto e Súmulas Anotadas em novo formato (PDF), organizados pelo respectivo ramo do Direito. O Espelho do Acórdão também passou por modificações, visando facilitar o entendimento e a utilização da pesquisa de jurisprudência do STJ.

## INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

**80.000 (aproximadamente)**

**atendimentos pelo Serviço de Informações Processuais (por e-mail e telefone)**

**4.878**

**atendimentos por meio da LexGo, sala de apoio e serviços para os advogados que militam no STJ**

## PARCERIA COM AS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS

A exemplo da parceria com a DPRS, instituída em dezembro de 2018, possibilitou ao STJ a redução do envio de processos físicos das Defensorias de todo o Brasil, que passaram a encaminhar as petições por meio eletrônico. De fevereiro até agosto deste ano, as Defensorias encaminharam cerca de 14 mil iniciais; dessas, apenas 300 em autos físicos.

# O STJ em números

## IMPRENSA

---

**1.149**

notícias publicadas no portal, nas redes sociais e na TV e Rádio Justiça sobre o STJ, suas decisões e seus projetos

**2.295**

demandas de imprensa atendidas

**256**

jornalistas inscritos no grupo STJ Notícias, no WhatsApp

**2.517**

imagens disponibilizadas no Flickr do Tribunal

## TV

---

**525**

notícias exibidas na TV Justiça e nos demais canais parceiros

**230**

programas produzidos – internos e externos

**14**

programas enviados para as redes sociais

## RÁDIO

---

**1.035**

notícias/matérias especiais veiculadas na Rádio Justiça e nos demais canais parceiros em 2019

**445**

Programas de rádio produzidos – internos e externos

## REDES SOCIAIS

---

**1.676**

postagens no último ano nas três redes sociais com que trabalhamos

**1.423.996**

seguidores no Facebook

**694.796**

seguidores no Twitter

**295.710**

seguidores no Instagram

**65.764**

no canal no YouTube (em 1º/8/2019)

# O STJ em números

**3.617**

usuários inscritos nas ações educacionais e nos seminários organizados no Tribunal

**2.363**

certificados concedidos on-line para eventos gerenciados pelo Tribunal

BIBLIOTECA MINISTRO OSCAR SARAIVA

**13.844**

pesquisas e atendimentos por e-mail e presenciais (de setembro/2018 a agosto/2019)

**166.035**

número de volumes do acervo bibliográfico disponível na Biblioteca da sede do STJ

**7.714.307**

acessos à BJJUR, de setembro/2018 a agosto/2019

**8.241**

documentos digitais incluídos na base da BDJur, representando um crescimento de 7% no período

**122.355**

documentos representam o atual acervo da BDJur (contados desde a criação da base, em 2005)

**20.000 e-books e 40.000 periódicos eletrônicos**  
somados ao acervo digital da Biblioteca

MEMÓRIA E CULTURA

**27**

livros lançados

**7**

exposições temporárias

**16.397**

Total de visitantes recebidos pelo Tribunal por meio dos projetos socioeducativos, sendo...

**5.462**

pelo Projeto Museu Escola

**2.122**

pelo Projeto O Despertar Vocacional Jurídico

**3.625**

pelo Saber Universitário da Justiça

**1.133**

pelo Sociedade para Todas as Idades

**4.055**

em eventos culturais

# O STJ em números

## ECONOMIA DE PAPEL, COPOS PLÁSTICOS E COMBUSTÍVEIS

---

**29,33%**

**de redução de consumo de papel, comparando-se com o mesmo período do ano anterior**

**19,45%**

**de redução no consumo total de copos plásticos descartáveis, comparando-se com o mesmo período do ano anterior**

**5,39%**

**no consumo total de combustíveis, comparando-se com o mesmo período do ano anterior**

- aumento de 8,58% no consumo de Etanol
- redução de 14,15% no consumo de Diesel
- redução de 3,92% no consumo de Gasolina

# Principais projetos, ações e inovações

## STJ 30 ANOS

Para comemorar seus 30 anos de criação pela Constituição Federal de 1988, o STJ já realizou:

**Hotsite comemorativo dos 30 anos (<https://30anos.stj.jus.br>):** lançado em dezembro com matérias especiais, agenda de eventos, além de informações históricas sobre a evolução da Justiça brasileira – com fotos, vídeos e uma linha do tempo das últimas três décadas. Para celebrar o aniversário, também foi criada uma marca, que serve para a identificação de todas as atividades comemorativas.

**Sessão solene em comemoração aos 30 anos do STJ:** no dia 3 de abril, com a presença de várias autoridades dos três Poderes e de Judiciários de outros países. Na oportunidade, foi realizada a obliteração do Selo Comemorativo pelo aniversário do STJ e ocorreu o lançamento do livro *Superior Tribunal de Justiça – 30 anos do Tribunal da Cidadania*.



# Principais projetos, ações e inovações

**Seminário O Poder Judiciário nas relações internacionais:** em 4 de abril, o STJ recebeu delegações de 14 países e da ONU com o objetivo de compartilhar tendências, experiências e jurisprudências entre os países participantes.



**Seminário O Direito Processual Civil nos 30 Anos do STJ:** em maio, o evento reuniu especialistas no Tribunal, desta vez para debater temas sobre o processo civil no país.




# Principais projetos, ações e inovações

**Série de reportagens especiais STJ 30 Anos, 30 Histórias:** A série *30 Anos, 30 Histórias* apresenta reportagens especiais sobre pessoas que, por diferentes razões, têm suas vidas entrelaçadas com a história de três décadas do Superior Tribunal de Justiça.




**30 ANOS  
HISTÓRIAS**

**I Concurso de Artigos Científicos do STJ:** promovido pela Escola Corporativa (Ecorp) como parte das comemorações dos 30 anos do Tribunal, recebeu 200 textos provenientes de várias partes do país. O concurso contou com a participação de candidatos de 24 das 27 unidades da Federação, com destaque para Distrito Federal (35 inscrições), São Paulo (30) e Minas Gerais (27).



**SUPERIOR**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**ESCOLA**  
CORPORATIVA  
STJ

## I CONCURSO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS **JUSTIÇA CIDADÃ**

**EIXOS TEMÁTICOS**


- FUTURO DA JUSTIÇA NO BRASIL
- DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA
- EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO PARA A JUSTIÇA

**PREMIAÇÃO POR EIXO:**

- 1º LUGAR: **R\$ 6.000,00**
- 2º LUGAR: **R\$ 3.000,00**
- 3º LUGAR: **R\$ 1.000,00**

**INSCRIÇÕES:**  
22/04/2019 a 12/07/2019

**INFORMAÇÕES:**  
<https://scientia.stj.jus.br>  
[scientia.ecorp@stj.jus.br](mailto:scientia.ecorp@stj.jus.br)  
(61) 3319-9097



Acesse aqui o site  
de inscrições



# Principais projetos, ações e inovações

## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Nessa gestão, criou-se a Assessoria de Inteligência Artificial, com quatro pessoas para Análise de Dados, dois bacharéis em Direito com a visão do negócio e quatro desenvolvedores de AI, além da equipe da Secretaria de TI, que oferece o apoio em todos os procedimentos. A ideia é possibilitar técnicas inovadoras, que possam trazer um bom resultado para o Tribunal e, consequentemente, favorecer a sociedade na celeridade e transparência da Justiça.

**Projeto Sócrates:** plataforma de Inteligência Artificial para fornecer informações relevantes aos ministros relatores, facilitando a identificação, por exemplo, de demandas que se enquadrem no rol de demandas repetitivas. A ferramenta identifica grupos de processos que possuem acórdãos semelhantes, o que contribuirá para o aprimoramento da política de incentivo ao instituto dos recursos repetitivos.

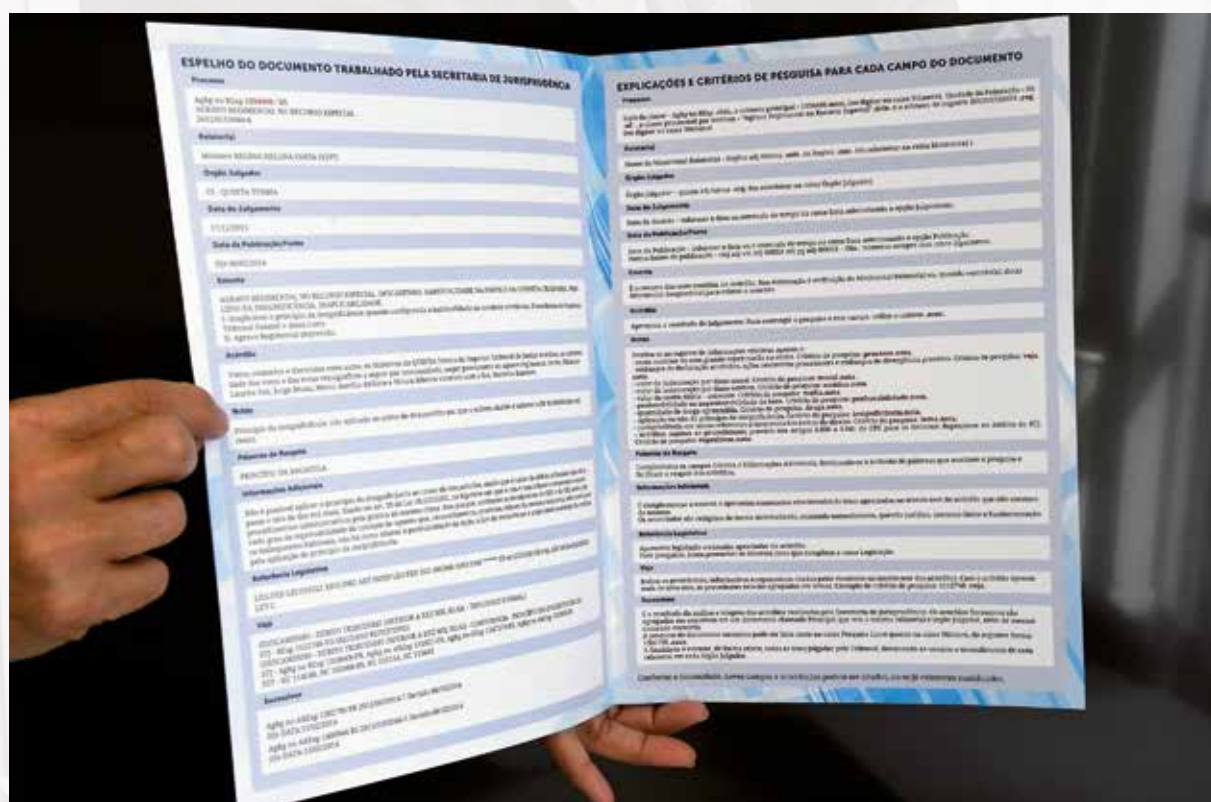
**Ampliação do Sistema e-Julg:** que permite o julgamento virtual de embargos de declaração, agravos internos e agravos regimentais, uma forma de agilizar a prestação jurisdicional. A primeira sessão virtual pelo e-Julg foi realizada em setembro do ano passado, pela Quarta Turma.



**SÓCRATES**  
Inteligência Artificial do STJ

# Principais projetos, ações e inovações

**Novo Espelho do Acórdão:** a ferramenta que traz informações e resgata conteúdos presentes nos julgados do STJ está mais intuitiva. Ela também possui um identificador de “Tese Revisada” para os casos das teses de Recursos Repetitivos ou de Incidentes de Assunção de Competência que sofreram alterações. Dessa forma, o usuário pode identificar visualmente, de forma rápida, que um precedente qualificado foi superado.



**Automação da Publicação:** foi dada maior celeridade ao processo de trabalho relativo à publicação das decisões monocráticas e dos acórdãos das sessões virtuais. Além disso, houve a uniformização de termos para a classificação das decisões proferidas, a modernização do *Diário da Justiça* e o aumento do número de publicações.

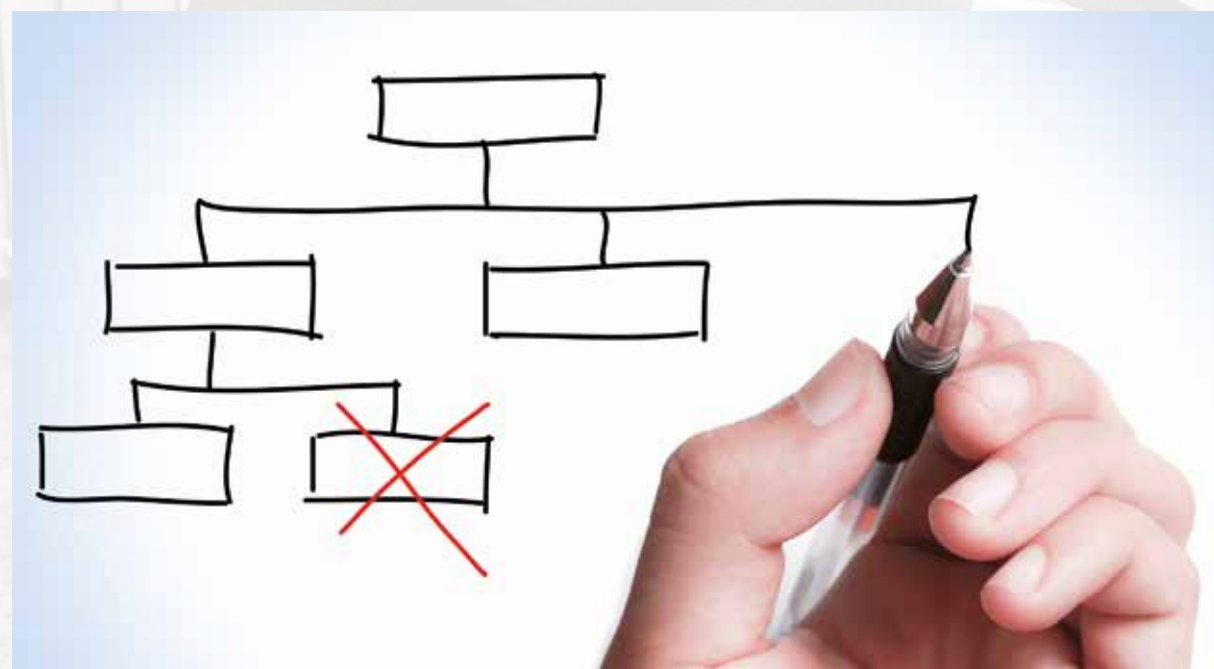
**Baixa automática:** foi colocada em prática a primeira fase de implantação do projeto Baixa Automática de Processos. Atualmente, quando o ministro presidente assina as decisões monocráticas de sua competência, os autos são encaminhados por meio do Sistema Justiça à SOJ, onde são publicados automaticamente. Com isso, abre-se a contagem de prazos para recurso. Após o encerramento desse período, se não recorrida a decisão, o sistema promove automaticamente o destino dos processos (baixa).



# Principais projetos, ações e inovações

## AVANÇOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA

**Reestruturação:** focado em elevar a eficiência, melhorar os fluxos de trabalho e ampliar a automação de processos, o STJ promoveu a reestruturação da Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ) e encerrou as atividades de Taquigrafia do Tribunal, transformada em um núcleo de transcrição. Com a reordenação da força de trabalho, foi possível o reforço de algumas unidades estratégicas, como o Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos (Narer), que aumentou em 30% a produtividade, comparada ao ano passado. Hoje, o NARER faz decisões em mais de 50% dos processos que chegam ao STJ, levando-se em consideração todas as classes processuais. Somente na classe AREsp, o NARER faz decisão em 58% dos agravos em recurso especial. Alguns dos servidores redistribuídos da SOJ – em especial as taquígrafas – também foram redirecionados aos Gabinetes.



Lexgo  
espaço STJ | ampliando justiça

**Gestão Documental do STJ:** o sistema SEI, implantado em 2015, está em constante evolução. Neste ano, foi implantado o seu módulo de Peticionamento e de Intimação Eletrônica. A novidade permite que o público externo encaminhe documentos digitais para o STJ, reduzindo a entrada de documentos em papel e garantindo mais celeridade e redução de custos. Pelo módulo também é possível expedir intimações eletrônicas aos usuários externos.



**Política de Preservação Digital:** o STJ publicou a Resolução n. 11 de 2019, que institui a Política de Preservação Digital na Casa. A norma estabelece ações para conservação e utilização de documentos digitais. Entre os dispositivos da resolução, estão princípios, conceitos, objetivos, responsabilidades, diretrizes e requisitos para a salvaguarda do acervo histórico e informativo do órgão.

# Principais projetos, ações e inovações

**Alinhamento STJ 2020:** o processo de desdobramento do planejamento estratégico do STJ já foi realizado em 12 unidades, propiciando aos colaboradores melhor entendimento de suas contribuições para a execução da estratégia do STJ. Os resultados alcançados foram consolidados em artigo técnico, selecionado para apresentação no Encontro de Administração da Justiça – ENAJUS 2019. Cabe destacar ainda que a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) foi vencedora do prêmio do Ranking do Alinhamento Estratégico 2018.

**Escola Corporativa (Ecorp):** criada no início da gestão, representa, como destaca o presidente João Otávio de Noronha, o investimento no maior valor que a instituição tem: seus servidores. Em um ano, a Ecorp ofereceu 4.700 vagas em ações de capacitação organizadas pelo STJ, entre presenciais e desenvolvidas por meio do portal de educação a distância do Tribunal. Além disso, a Ecorp firmou parcerias para troca de experiências em ações e capacitações com o Tribunal de Contas da União, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Banco do Brasil.



# Principais projetos, ações e inovações

**Gestão por Competências:** trata-se de uma das principais ferramentas de gestão de pessoas; no Tribunal, ela é gerenciada por meio do Programa Aprimore STJ. Neste ano, foi publicada a Instrução Normativa STJ/GP n. 3, de 2019, que orienta a formulação e a caracterização das competências organizacionais e técnicas. Esse modelo de gestão contribui para que a área de gestão de pessoas tenha ações cada vez mais estratégicas e alinhadas com os resultados finais da organização.



**CONHEÇA O QUE HÁ DE MELHOR EM VOCÊ**

VI CICLO DE DIAGNÓSTICO DE COMPETÊNCIAS

De 19/08 a 31/08  
Ciclo de Diagnóstico

De 02/09 a 15/09  
Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)

ACESSE O SISTEMA APRIMORE E PARTICIPE!

Informações:  
(61) 3319-8766 / 9909 / 8419  
aprimore@stj.jus.br

ESCOLA CORPORATIVA STJ

APRIMORE

## PARCERIAS INSTITUCIONAIS

**ONU Mulheres:** parceria com o STJ por meio de instrumentos de cooperação em diversas áreas, como educação, meio ambiente, formação profissional e tramitação de processos.



# Principais projetos, ações e inovações

**Meio Ambiente e Sustentabilidade:** o STJ sediou o VI Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário, em junho deste ano – mais uma ação que demonstra a constante preocupação do Tribunal em promover uma política socioambiental efetiva. “Estamos aqui para estabelecer um diálogo que favoreça o engajamento inclusivo, a mudança de hábitos, a nacionalização de metas globais, a elaboração de agenda normativa à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o aumento da eficiência administrativa e a redução dos impactos ambientais negativos gerados pelas ações dos órgãos públicos”, afirmou o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, na abertura do evento.



**ONU Meio Ambiente no Brasil:** o presidente João Otávio de Noronha e a representante da ONU Meio Ambiente no Brasil Denise Hamú assinaram, em junho, **memorando de entendimento** para o alcance da **Agenda 2030** e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no uso de recursos naturais e na capacitação de servidores.



# Principais projetos, ações e inovações

**Banco do Brasil:** acordo de cooperação técnica com o objetivo de promover o intercâmbio de informações e a cooperação científica, acadêmica e cultural entre as instituições. Além da capacitação de funcionários, o mecanismo de cooperação – que não implica compromissos financeiros ou transferência de recursos entre as partes – prevê o intercâmbio de tecnologias e o desenvolvimento da gestão pública.



**ENAP:** firmado protocolo de intenções com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) para a cooperação técnico-científica e cultural, e o intercâmbio de conhecimentos e serviços de educação continuada e a distância.



# Principais projetos, ações e inovações

**Corte de Cassação da França:** o presidente João Otávio de Noronha e o primeiro presidente da Corte de Cassação da França, Bertrand Louvel, assinaram em abril **acordo** com o objetivo de promover a aproximação da jurisprudência e permitir a construção de uma agenda de cooperação jurídica entre os dois tribunais, para modernização institucional, capacitação profissional, aproximação de jurisprudências e intercâmbio de informações e boas práticas.



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional:** parceria institucional com o objetivo de reduzir o número de recursos em processos de execução fiscal. De acordo com as estimativas iniciais, pelo menos três mil processos envolvendo a Fazenda deixarão de tramitar no Tribunal após pedidos de desistência em ações com baixa possibilidade de recuperação dos créditos. Até agosto deste ano, já foram registrados cerca de mil processos com pedido de desistência.

**J20 – Conferência Judicial das Supremas Cortes do G20:** o presidente participou, no mês de outubro do ano passado, em Buenos Aires, do evento que discutiu temas como direitos sociais, combate à corrupção e ao narcotráfico, além de temas sobre justiça e gênero.





# Principais projetos, ações e inovações

**Seminário *Law and Economics*, na Universidade de Columbia, em Nova York:** o presidente Noronha participou do evento que buscou debater a influência da análise econômica do direito na aplicação de normas legais nos sistemas de países como o Brasil e os Estados Unidos, além de discutir os efeitos recíprocos na esfera econômica das duas nações.

**High Level Political Forum (HLPF 2019), na segunda edição do *SDGs in Brazil: The role of the private sector* (ODS no Brasil – O papel do setor privado), em Nova York:** o presidente Noronha fez pronunciamento sobre “Promoção do acesso à Justiça e construção de instituições sólidas e eficazes” no encontro, que é a principal plataforma da Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável e tem papel central no acompanhamento e na revisão da Agenda 2030 para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em nível mundial.



## SERVIÇOS

**Espaço LexGo:** local disponibilizado aos advogados que atuam no STJ, agregando serviços em um só lugar, inspirado no modelo de *coworking*, com acesso a computadores, protocolo de petições, maleiros individualizados e sala de reuniões, entre outras facilidades.



# Principais projetos, ações e inovações

## GOVERNANÇA

**Maturidade em governança institucional:** com desempenho de 73% na avaliação conduzida conforme critérios do Tribunal de Contas da União, o STJ apresentou um excelente progresso de mais de 12% em relação a 2018. O resultado coroa a entrada do STJ na categoria de órgão aprimorado na Governança Institucional e deve-se, principalmente, ao avanço na vertente estratégica. Também houve contribuição significativa da Ouvidoria em sua vertente de prestação de contas à sociedade, tendo aberto diversas frentes para informar ao cidadão e auferir a sua satisfação. As informações previstas na Lei de Acesso a Informações (LAI) estão disponíveis para consulta ampla dos cidadãos, e o Tribunal já estuda a implantação de um modelo de dados abertos. Por fim, a Secretaria de Auditoria Interna ampliou os relatórios de avaliação de várias práticas do Tribunal, como gestão de riscos, gestão das contratações, gestão de TI e gestão de ética e integridade, entre outros.

**Justiça em Números:** Em reconhecimento aos esforços de investimento na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de informações administrativas e processuais, o STJ **recebeu** em dezembro o Selo Justiça em Números 2018 na categoria Diamante, a mais alta entre as condecorações da distinção. Além do aprimoramento da gestão da informação, estão entre as exigências para o recebimento do Selo Justiça em Números a implantação, pelos tribunais, de núcleos socioambientais, conforme previsto na Resolução CNJ 201, de 2015, que determina aos órgãos do Poder Judiciário a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) para reduzir o impacto ambiental de suas atividades.

## CIDADANIA E ACESSIBILIDADE

**Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão:** instituída por meio da Portaria STJ/GDG n. 912/2018, a comissão é coordenada pela Ministra Nancy Andrighi e composta por servidores de diferentes setores do Tribunal. Tem os objetivos de planejar e fiscalizar projetos arquitetônicos de acessibilidade, e de elaborar e acompanhar projetos pedagógicos de treinamento e capacitação dos profissionais e funcionários que trabalham com as pessoas com deficiência. Um dos trabalhos mais recentes da comissão foi apresentado em junho deste ano: o **Selo de Acessibilidade e Inclusão do STJ**. O projeto busca reconhecer e estimular o aumento do nível de inclusão e de acessibilidade nas unidades do Tribunal a partir de um sistema de selos (bronze, prata e ouro). Em setembro deste ano, está previsto o 1º Encontro Nacional de Acessibilidade e Inclusão, na sede do STJ.



# Principais projetos, ações e inovações

## SERVIDORES

**Programa Valoriza:** lançado em maio pela Secretaria de Gestão de Pessoas do STJ, busca valorizar os servidores mediante a concessão de incentivos institucionais para os profissionais que contribuem para o alcance de objetivos estratégicos. Instituído pela **Instrução Normativa STJ/GP 10/2019**, o Valoriza é um sistema de pontuação de crédito individual, não financeiro, válido por tempo limitado e computado em números. A pontuação tem como fonte vários tipos de reconhecimento, como a participação do servidor em comissões, atividades voluntárias, publicação de livros ou apresentação de trabalhos, entre outros.

**Teletrabalho:** outra medida de grande impacto positivo para os servidores é o teletrabalho, **aprovado** em dezembro pelo Conselho de Administração do STJ no âmbito da administração e do gabinete da presidência. A implementação do trabalho a distância tem como objetivos o aumento da produtividade e a racionalização e economia no uso de recursos materiais e equipamentos do STJ, além da melhoria da qualidade de vida dos funcionários da Casa. De acordo com a regulamentação, editada em consonância com a Resolução n. 227/2016 do Conselho Nacional de Justiça, as metas de desempenho do servidor em teletrabalho serão, no mínimo, 20% superiores àquelas estipuladas para o servidor que executa suas atividades de modo presencial.



# Principais projetos, ações e inovações

## IGUALDADE

**Memorando de entendimento entre o STJ e a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres):** voltado para o desenvolvimento da equidade de gênero, a promoção de ações para a redução de desigualdades e a colaboração para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Entre os principais pontos do acordo, estão a adesão do STJ ao Movimento ElesPorElas (HeForShe), a promoção de ações para engajamento de homens em iniciativas em prol da igualdade de gênero e a realização de estudos de identificação de fatores que contribuam para a participação de mulheres em postos de poder e tomada de decisão.

### **Programa Equilibra e Prêmio Equidade de Gênero no Sistema de Justiça:**

lançado em 11 de março (durante a Semana do Dia da Mulher, comemorado em 8 de março), o programa, coordenado por uma comissão permanente, visa a implementação de políticas destinadas à participação feminina no Tribunal. A comissão também tem a responsabilidade de organizar eventos e propor medidas de conscientização e aprimoramento das condições de trabalho das mulheres. O Equilibra **ganhou** a primeira edição do Prêmio Equidade de Gênero no Sistema de Justiça. A premiação é fruto de parceria entre a Associação dos Juizes Federais do Brasil, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e a Associação dos Magistrados Brasileiros, e foi criada para valorizar e incentivar iniciativas em favor da igualdade de direitos de gênero no Poder Judiciário.



# O CJF em ação



O Conselho da Justiça Federal, em quase um ano sob a gestão do presidente João Otávio de Noronha,  **julgou 115 processos, em dez sessões** – total que representa 66% do total do biênio 2016-2018.

Entre outros assuntos, estão os seguintes temas:

- Criação do Centro Nacional e dos Centros Locais de Inteligência da Justiça Federal (Resolução CJF n. 499, de 1º de outubro de 2018). O Centro de Inteligência viabiliza o desenvolvimento da gestão judiciária, da redução da litigiosidade e da burocracia, seja pela prevenção de demandas repetitivas, seja pelo eficiente gerenciamento de precedentes;



- Referendo da Resolução CJF n. 496, de 12 de setembro de 2018, que alterou a estrutura orgânica do CJF;
- Implantação da Política de Segurança Institucional da Justiça Federal (Resolução CJF n. 502, de 8 de novembro de 2018). A instituição da Política Nacional de Segurança no âmbito da Justiça Federal está em consonância com as recomendações e orientações das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o tema e tem como princípios: a integração de ações, a proteção integral de seus ativos, respeito aos direitos humanos e ao Estado Democrático de Direito, atuação preventiva e proativa, profissionalização e especialização permanentes, efetividade da prestação jurisdicional, interoperabilidade com outros órgãos e gestão de riscos;



# O CJF em ação

- Aprovação da realocação da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para a Subseção Judiciária de Sete Lagoas/MG;
- Aprovação da Resolução CJF n. 530, de 25 de março de 2019, que dispõe sobre a instituição e a regulamentação do Alvará de Soltura Eletrônico no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. A medida possibilita a expedição e o cumprimento instantâneos das ordens de soltura, além do acompanhamento, em tempo real, por parte dos magistrados da JF. O objetivo é dinamizar o cumprimento desses alvarás, tendo em vista as diversas dificuldades encontradas no cumprimento de tais medidas judiciais e a diminuição de custos;
- Aprovação da Resolução CJF n. 529, de 20 de março de 2019, que dispõe sobre a instituição do Programa de Desburocratização e Simplificação da Justiça Federal – FLUI JF, da Rede Colaborativa de Desburocratização e Simplificação da Justiça Federal – Rede FLUI, e do Selo de Desburocratização e Simplificação da Justiça Federal. O Programa simplifica procedimentos judiciais, extrajudiciais e de administração judicial para prestar melhores serviços ao cidadão;



- Aprovação da Resolução CJF n. 531, de 27 de março de 2019, que dispõe sobre a alteração da estrutura orgânica do Conselho da Justiça Federal. O objetivo da mudança, conforme o relator do processo no Colegiado, ministro João Otávio de Noronha, é a modernização dos processos

# O CJF em ação

laborais de modo a aumentar a eficiência do CJF. Para implementar as modificações, foi feita uma adequação de níveis de cargos em comissão e de funções comissionadas de unidades vinculadas à Presidência e à Corregedoria-Geral da Justiça Federal;

- Implantação do Sistema Nacional de Controle de Transferência de Preso (SNCTP), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), que facilita a comunicação entre os Tribunais de Justiça, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e a Justiça Federal, uniformiza os pedidos de transferência de presos e realiza o trânsito de informações e documentações com segurança. O SNCTP consta da aprovação da Resolução CJF n. 533, de 29 de março de 2019;
- Alteração da Resolução CJF n. 2, de 20 de fevereiro de 2008, que regulamenta, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, entre diversos assuntos, o auxílio-natalidade e a concessão de horário especial para a lactante (Resolução CJF n. 542, de 8 de abril de 2019);
- Aprovação do Anteprojeto de Lei de Criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região e de ampliação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região por meio da transformação de cargos de juiz substituto da 1ª Região em cargos de juiz de TRF, e da reestruturação da 1ª instância da SJMG. A criação do TRF-6 ocorrerá com 18 (dezoito) desembargadores. E o TRF-1 será ampliado em mais 3 (três) desembargadores; e

- Aprovação da Resolução CJF n. 560, de 1º de julho de 2019, que institui o *Manual de Acessibilidade para as Edificações do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus*.





**STJ**  
**SUPERIOR**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS, Quadra 6, Lote 1, Trecho III  
CEP: 70.095-900 - Brasília - DF  
Fone: (61) 3319-8000

Este material foi compilado e divulgado pela  
Secretaria de Comunicação Social do STJ  
Ed. Plenários - Térreo  
Fone: (61) 3319-6765  
E-mail: [stj.sco@stj.jus.br](mailto:stj.sco@stj.jus.br)